

TRADUÇÃO de *Soluções liberais alternativas para a desigualdade econômica**

Stuart White. 05/11/2014. In: OpenDemocracy.

Lucas Petroni**

Resumo

Trazidos à tona pelos movimentos de contestação à desigualdade econômica após a crise de 2008, direitos de participação nas decisões econômicas da sociedade, ao capital e à renda básica incondicional encontram sua melhor formulação teórica em uma longa tradição política liberal alternativa ao mainstream político e econômico. Autores como John Stuart Mill, James Meade e John Rawls defenderam propostas radicais de transformação das relações de produção por meio de mecanismos de cogestão e da instauração de uma “democracia de cidadãos proprietários”. A união entre teoria e prática do liberalismo alternativo pode ser uma solução igualitária importante diante do aumento da desigualdade econômica nas democracias econômicas.

Palavras-chave: Desigualdade; Liberalismo; Capital; Direitos Econômicos.

Apresentação

O texto a seguir foi publicado por Stuart White na plataforma eletrônica inglesa *openDemocracy*¹. Essa plataforma foi organizada por filósofos, historiadores e cientistas sociais das principais instituições acadêmicas do Reino Unido tendo como objetivo a discussão de questões políticas contemporâneas. A escolha pela plataforma (da qual White é um dos editores) não é trivial nesse caso. A *openDemocracy* é organizada por meio do sistema *Creative Commons* de tal forma que todos os textos, e a grande maioria dos links utilizados, são de acesso público e podem ser consultados e apropriados

* Stuart White leciona teoria política na Universidade de Oxford (Inglaterra). Sua pesquisa analisa ideais políticos tais como justiça social, igualdade buscando considerar tipos de instituições e políticas públicas concretas capazes de promovê-los. Ele é um dos editores da rede *openDemocracy* e autor do livro *The Civic Minimum: On the Rights and Obligations of Economic Citizenship* (Oxford Press, 2003). A Revista *Leviathan* agradece a Stuart White por ter gentilmente autorizado a publicação desta tradução.

** Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e bolsista FAPESP. Agradeço a Alessandro Pinzani pela leitura cuidadosa e pelas sugestões valiosas à primeira versão da tradução. Email: lucas.petroni@gmail.com

¹ opendemocracy.net/ourkingdom/stuart-white/alternative-liberal-solutions-to-economic-inequality

livremente por qualquer leitor ao redor do mundo - cabe lembrar que no Reino Unido, ao contrário do Brasil, as principais publicações acadêmicas são de acesso restrito com preços excludentes (30 dólares em média) para quem não possui vínculos institucionais com instituições inglesas de ensino superior.

Stuart White é professor de teoria política na Universidade de Oxford e tem se dedicado nos últimos anos a explorar tradições políticas e filosóficas alternativas ao *mainstream* econômico da Europa e dos EUA. Em seu artigo *Soluções liberais alternativas para a desigualdade econômica*, White resgata uma importante tradição igualitária - identificada como liberalismo "alternativo", "divergente" ou simplesmente "igualitário" - para a qual a distribuição e o controle democrático do capital são dois componentes fundamentais em uma sociedade justa. Mesmo que o mercado e a instituição da propriedade privada permaneçam como meios eficientes de alocação de recursos - argumentam os autores do liberalismo alternativo - o direito incondicional à participação na riqueza social, tanto na forma de uma renda básica em espécie, de um lado, como o direito aos recursos produtivos e à participação nas decisões econômicas nas empresas, de outro, constituiriam os principais instrumentos para a transformação das relações de exploração econômicas vigentes nas democracias modernas. Como membros dessa corrente de pensamento econômico podemos citar autores como Thomas Paine, John Stuart Mill, Robert Owen, G. D. H. Cole, e, na segunda metade do século XX, o prêmio Nobel de economia James Meade e o filósofo norte-americano John Rawls. Mais recentemente o economista francês Thomas Piketty também definiu o objetivo central de seu celebrado livro *O Capital no Século XXI* como sendo o de "seguir o caminho originalmente trilhado" por Meade e outros economistas liberais igualitários. No artigo em questão Stuart White procura aproximar as ideias econômicas dessa tradição com as demandas de movimentos sociais pós-*Occupy* e a preocupação generalizada com o aumento da desigualdade socioeconômica nas democracias contemporâneas.

Por fim, devemos ressaltar ao leitor brasileiro que o adjetivo *liberal*, em inglês, remete diretamente às noções de progresso social, extensão de direitos pessoais e, principalmente, à ideia de justiça social realizadas por meio do Estado, enquanto a defesa do livre-mercado e do Estado mínimo encontra-se associada às perspectivas

denominadas “libertarianas” ou “liberais clássicas”. Nesse sentido, podemos afirmar sem risco de incorrerem em um paradoxo que, nos países de língua inglesa, o liberalismo filosófico foi o grande inimigo teórico daquilo que convencionamos chamar, a partir dos anos 70, de movimento neoliberal.

Tradução

“Consideramos que o grande problema social do futuro será o de descobrir como conciliar a maior liberdade possível de ação individual, com a posse comum da matéria-prima do mundo e com a igual participação de todos nos benefícios do trabalho coletivo”

J. S. Mill, *Autobiografia* (1873), a respeito de suas opiniões e da filósofa Harriet Taylor.

Em *O Capital no Século XXI*, Thomas Piketty argumenta que, se não forem tomadas ações corretivas, devemos esperar o aumento da parcela do capital privado e, conseqüentemente, a diminuição da parcela do trabalho na renda nacional. Esse fato não seria tão preocupante caso o capital fosse equitativamente distribuído ao longo da sociedade de tal modo que todos pudessem participar de seus retornos crescentes. Entretanto, Piketty nos mostra que não apenas essa distribuição é extremamente desigual como tudo indica que ela ficará ainda mais extrema ao longo deste século. Além disso, argumenta Piketty, a parcela de riqueza herdada entre diferentes gerações está prestes a se concentrar ainda mais. Juntas, essas duas tendências ameaçam produzir uma sociedade na qual um setor relativamente pequeno da população virá a reivindicar uma parcela majoritária da renda nacional por meio da concentração (cada vez maior) da posse (cada vez maior) de riqueza herdada.

Como podemos impedir que isso ocorra? Em uma entrevista recente com Piketty, Martin O’Neill estabeleceu a conexão entre as preocupações de Piketty e do

economista James Meade (Pearce e O'Neill, 2014). Escrevendo na década de 60 do século passado, Meade entrevia um futuro no qual avanços tecnológicos reduziriam a demanda por trabalho, o que levaria, consequentemente, ao aumento dos retornos financeiros extraídos do capital (Meade, 1964). Diante desse cenário Meade esperava que, dada a posse extremamente desigual de riqueza (capital), a desigualdade de renda (trabalho) seria extrema. A solução proposta por Meade consistiu em apresentar modos alternativos de tornar mais equitativa as reivindicações sobre o retorno do capital. Isso incluía medidas como alargar a propriedade privada ("democracia de cidadãos-proprietários"²) e/ou socializar o capital e repartir o seu retorno financeiro.

A obra de Meade se encaixa em uma ampla tradição que poderíamos denominar de *liberalismo alternativo*. Ainda que essa tradição aceite tanto a existência de mercados como a apropriação privada da riqueza em dimensões significativa, seus membros também atribuem um papel central à ação coletiva - inclusive à ação por meio do Estado - na determinação do conteúdo de um direito ao capital e de sua distribuição, almejando propósitos igualitários. Chamo essa tradição de *liberal* porque alguns de seus principais teóricos, tais como John Stuart Mill e James Meade, identificavam-se como liberais e porque o partido Liberal no Reino Unido historicamente se inspirou nessa tradição³. Contudo, trata-se de um liberalismo *alternativo* ao neoliberalismo na medida em que adota uma visão diferente do direito ao capital e porque concebe as regras que regulam a distribuição de riqueza como sujeitas à determinação coletiva e a uma concepção igualitária do bem comum.

Sem afirmar que o liberalismo alternativo ofereça todas as respostas aos problemas identificados por Piketty, acredito que essa é uma tradição extremamente útil para dialogarmos. Meu objetivo neste artigo é esclarecer algumas de suas ideias mais importantes e discutir sua relevância política.

1. Direito *de* capital: renda e controle

² Do termo em inglês *property-owning democracy*. O termo foi cunhado pelo economista James Meade para descrever uma sociedade na qual as principais instituições da sociedade seriam desenhadas para a dispersão contínua de recursos produtivo entre seus cidadãos [nota do tradutor].

³ Ver, White (2009).

Digamos que você tenha direito a alguma quantidade de capital, em particular, a algum capital investido em uma empresa. Qual deveria ser o conteúdo desse direito? Quais tipos de direitos advindos da renda, e do controle sobre a empresa, esse direito implicaria?

No partido Liberal histórico do Reino Unido a resposta a essas questões gravitaram entorno das noções de participação nos lucros e cogestão de empresas.

Começemos com a participação nos lucros. O termo pode significar coisas bem diferentes entre si, mas na tradição *mainstream* do partido Liberal ele tinha um significado bem específico: a empresa é entendida como uma parceria entre o capital e o trabalho. Os trabalhadores possuem o direito de remuneração salarial (negociada por meio de sindicatos). Os capitalistas, por sua vez, possuem o direito ao “salário de capital” [*capital wage*], isto é, um padrão fixo para a regulação da taxa de retorno sobre o investimento realizado. Toda renda que uma empresa recebe acima de seus gastos, incluindo o pagamento de salários aos trabalhadores e do retorno do capital, é lucro puro. Quem teria o direito sobre essa forma pura de lucro? Uma visão, que pode ser traçada até as obras cooperativistas de Robert Owen, afirma que ambos, trabalho e capital, possuem uma reivindicação legítima sobre uma parcela desse lucro. Isso é visto tanto como uma reivindicação justa em si mesmo, mas também (em algumas abordagens) como algo bom para a produtividade e para as relações nos locais de trabalho. Alguns liberais argumentaram que, nesse sentido, a participação nos lucros deveria ser compulsória (ainda que os detalhes desse processo fossem extremamente controversos). Segundo essa visão liberal, não deveríamos permitir que o capital monopolize a apropriação do lucro puro à revelia dos trabalhadores – o direito do capital ao lucro não deveria ir tão longe assim.

Ao mesmo tempo, o partido Liberal argumentara que a autoridade do capital em uma empresa deveria ser limitada pelo direito dos trabalhadores de serem consultados e de participarem em instâncias de cogestão. Novamente, o direito do capital de controlar a empresa não é absoluto. Nesse modelo, o direito de investimento em uma

empresa encontrar-se-ia condicionado ao reconhecimento do direito de participação dos trabalhadores nos diferentes níveis do processo-decisório da empresa. Direitos de participação podem incluir representação nos conselhos de trabalhadores e nas diferentes instâncias de governo da empresa. As razões para isso eram, novamente, em parte derivadas das alegadas melhorias que as medidas trariam para as relações de trabalho e para o aumento da produtividade, mas em parte também por razões de justiça. Nas palavras de um relatório do partido Liberal da década de 1960:

“Do mesmo modo que existe uma diferença crucial entre um cidadão e um súdito, existe uma diferença crucial entre um empregado, que é simplesmente contratado por sua empresa, e um empregado que toma parte, oficial e informalmente, no processo último do poder de determinação dos objetivos da empresa e, caso necessário, de exigir a responsabilização de seus diretores” (Liberal Party, 1962, p.23).

De fato, para alguns liberais e membros do partido Liberal mais radicais a ideia de cogestão algumas vezes dá lugar à ideia de que as empresas deveriam ser geridas pelos próprios trabalhadores. Empresas geridas por trabalhadores teriam, é claro, que oferecer um retorno para o dinheiro investido a fim de atrair capital produtivo. Contudo, os investidores eles próprios não teriam o direito de controle direto sobre a empresa. Um passo a mais nessa direção e teríamos os trabalhadores como proprietários de partes ou de toda a empresa gerida por eles.

Encontramos uma visão desse tipo nos *Princípios de Economia Política* (1848) de J. S. Mill, livro no qual Mill argumenta que “a relação entre patrões e trabalhadores irá ser gradativamente ser suplantada por parcerias de duas formas: associações de trabalhadores com o capitalista, ou, em outros casos (talvez ao final em todos), associações entre os próprios trabalhadores” (p.129).

Mais de um século depois encontramos Paddy Ashdown, líder do recém-formado partido Liberal Democrata inglês, voltando à imagem das empresas geridas pelos próprios trabalhadores: “em alguns casos, a presente situação será invertida [...] com os trabalhadores empregando capital e, até mesmo, contratando seus próprios dirigentes” (Ashdown, 1989, p:113).

2. Direito ao capital: direto e indireto

Sem sombra de dúvida muitos irão achar que tais modificações no direito do capital – limitações sobre o rendimento do capital e sobre o direito de controle nas empresas – são modestos demais. Considerados isoladamente talvez eles de fato o sejam. Contudo, eles são apenas uma parte do “pacote” oferecido pelo que estamos denominando liberalismo alternativo. É igualmente importante levarmos em consideração o modo como essa tradição pensa o direito ao capital e o papel da ação coletiva na definição dos mecanismos de distribuição de riqueza.

Ao longo do século XX o Partido Liberal inglês militou sob o slogan político *Propriedade para Todos*. Em uma sociedade organizada por esse ideal todos os cidadãos e cidadãs teriam alguma riqueza sob seu controle. Em sua versão radical o ideal fundamenta a reivindicação moral de que, enquanto cidadãos, todos deveríamos ter um direito ao capital.

Já no nível da política pública os membros do Partido Liberal tenderam geralmente a apoiar medidas modestas para a ampliação da propriedade como, por exemplo, isenções fiscais para poupanças pessoais. Os Liberais também apoiaram ativamente a taxação de riquezas herdadas. Meade refletiu longamente sobre como poderíamos estruturar esse tipo de imposto a fim de motivar uma maior dispersão das heranças entre as gerações. Estas propostas de políticas públicas podem ser pensadas como instrumentos que procuram instituir um direito, ainda que indireto, ao capital por meio de incentivos econômicos e benefícios focalizados.

Outra possibilidade é ligar o modelo de participação nos lucros (tal como descrito acima) ao objetivo específico de dispersar riqueza acumulada. Uma ideia importante nos debates travados dentro do Partido Liberal inglês nos anos 60 - mesmo que nunca tenha sido adotada como política partidária – era usar a parcela da renda do trabalho na forma de investimento em ativos de empresas de tal forma que, no longo prazo, os trabalhadores pudessem ampliar suas próprias parcelas da riqueza das empresas nas quais trabalham. (O debate refletia um interesse amplo na questão da cogestão, partilhado na época por toda Europa Ocidental, e que encontrou sua expressão mais

radical no famoso "Plano Meidner" desenvolvido pelo economista Rudolf Meidner a pedido do movimento sindicalista da Suécia).

O modo mais direito para a instituição de um direito ao capital, entretanto, é simplesmente torná-lo um direito básico de cidadania. Em seu livro *Justiça Agrária*, publicado em 1797, Thomas Paine argumentou que todo cidadão, ao atingir a maioridade, deveria receber um montante de capital subvencionado pelo Estado e financiado por meio de tributos sobre a riqueza herdada (Paine, 1987). Ao longo do século XIX a proposta voltou à tona diversas vezes. Dane Clouston trouxe à questão para dentro do Partido Liberal nos anos 70 (e continua a defendê-la até os dias de hoje⁴). Mais recentemente ela voltou ao debate público graças aos incansáveis esforços de Bruce Ackerman e Anne Alstott sintetizados em seu livro de 1999 *The Stakeholder Society*. A ideia de uma subvenção de capital universal foi levada a sério, ainda que de modo modesto, pelo último governo trabalhista inglês na forma de um *Child Trust Fund*⁵ - uma das primeiras iniciativas políticas abolidas pelo atual governo de coligação conservador.

Outro modelo de direito de cidadania ao capital é encontrado naquilo que podemos chamar de "Fundo Cidadão" [*Citizen's Trust*]. Meade possuía sérias ressalvas em relação a capacidade de Estados serem proprietários e administradores de indústrias e empresas particulares. Entretanto, ele acreditava que o Estado poderia construir seu próprio conjunto de ações e investimentos por meio daquilo que Gerald Holtham denominou de "fundo comunitário" (Holtham, 2014). Na versão de Meade de uma Agathopia ("o bom lugar", em oposição ao lugar "perfeito" de uma utopia), poderíamos imaginar a própria comunidade como proprietária de algo em torno de 50% dos recursos produtivos nacionais. O retorno financeiro do ativo nacional, ou fundo comunitário, poderia ser pago aos cidadãos na forma de um dividendo social garantido. Um exemplo

⁴ [Nota do tradutor]: As propostas de Clouston podem ser encontradas na página da Campanha pela Herança Universal (*The Campaign for the Universal Heritage*) no endereço: <http://www.universal-inheritance.org>

⁵ [Nota do tradutor]: O *Fundo para as Crianças* foi uma política pública de incentivo fiscal à poupança lançado pelo governo trabalhista inglês em janeiro de 2005. O intuito do programa era estimular os pais e avós a formarem um fundo de investimento para os seus filhos e netos, com depósitos anuais de até 4,000 libras, a ser sacado pelos jovens aos 18 anos. A abertura de novas poupanças foram vetadas em 2011 pelo atual gabinete conservador de David Cameron.

histórico real daquilo que Meade tinha em mente pode ser encontrado hoje no Fundo Permanente do Alasca (*Alaska Permanent Fund*). O fundo investe parte dos recursos obtidos pela venda de direitos de extração de recursos minerais para financiar um retorno anual (modesto) a cada cidadão do Alasca.

3. Estendendo a ideia do Fundo Cidadão: renda básica

No modelo de um Fundo Cidadão, tal como proposto por Meade, a propriedade comum de ativos econômicos é vista como um meio de assegurar uma renda básica: uma renda paga a cada cidadão ou cidadã na forma de direito, não estando sujeita à critérios de elegibilidade como disponibilidade financeira ou capacidade de trabalho dos beneficiados. Entretanto, não precisamos conceber necessariamente a renda básica apenas como algo distribuído por meio de um Fundo Cidadão. Uma possibilidade complementar seria encontrar alternativas fiscais para o sistema tributário vigente de tal forma que ele seja capaz de financiar uma renda básica incondicional.

Mais uma vez encontramos um apoio considerável para isso na tradição que estou chamando de liberalismo alternativo. Uma proposta recente colocada em pauta pela organização britânica *Citizens' Income Trust* (Razavi, 2014) é concentrar a maior parte dos benefícios em espécie e isenções fiscais subsidiados atualmente pelo governo inglês em um sistema unificado de renda básica incondicional. Outra ideia, amplamente debatida, é relacionar tributos específicos de exploração de recursos naturais ao financiamento desse mesmo sistema. Um ramo da tradição filosófica liberal, [conhecido na acadêmica como libertarianismo de esquerda], argumenta, por exemplo, que certos recursos naturais (tais como a terra) são, essencialmente, propriedade de todos. Caso alguém queira utilizar esses recursos para propósitos privados eles deveriam remunerar, em contrapartida, as comunidades nas quais esses recursos estão inseridos, na forma de pagamento pelo privilégio de exploração. Impostos - um imposto sobre o valor da terra, por exemplo - poderiam ser usados para cobrar daqueles que se beneficiam de apropriações privadas daquilo que é comum a todos. Os fundos gerados dessa forma

seriam repassados aos cidadãos na forma de uma renda básica e, com isso, refletiriam esse direito a uma parcela igual dos recursos naturais disponíveis a todos.

4. Liberalismo alternativo na prática?

Uma sociedade organizada para satisfazer as aspirações do liberalismo alternativo seria muito diferente das sociedades como as nossas, embora familiar por outros aspetos. Uma parte dos recursos produtivos continuaria sendo propriedade privada, mas sua distribuição se tornaria talvez mais igualitária devido ao direito ao capital e aos efeitos dos impostos sobre a herança. Muitos cidadãos continuariam a vender sua força de trabalho para sustentar-se, mas o contexto seria em parte redesenhado com a ajuda de direitos à participação nos processos decisórios das empresas e, não por último, graças a uma renda básica incondicional. Mesmo que desenvolvimentos tecnológicos possam pressionar a queda da parcela do trabalho na renda nacional, os trabalhadores poderiam compensar essa queda com um acesso maior ao retorno financeiro do capital. Temos bons motivos para considerar que uma sociedade como essa seria bem mais igualitária - tanto em termos distributivos como relacionais - que as nossas. Medidas como essas, sustentadas por sindicatos fortes, serviços públicos de qualidade e programas de seguridade social (como aqueles desenhados para cobrir os custos adicionais trazidos por deficiências físicas e mentais), fariam com que nossas sociedades tomassem uma direção bem diferente do cenário sombrio previsto por Piketty.

Mas podemos nos perguntar: de que modo o liberalismo alternativo poderia ser realizado politicamente?

Como a discussão acima sugere, o liberalismo alternativo influenciou significativamente o *mainstream* político-partidário do Reino Unido ao longo do século XX. É verdade que o Partido Liberal inglês teve uma presença quase marginal na maior parte desse tempo. Contudo, a tradição do liberalismo alternativo teve também algum impacto dentro do Partido Trabalhista e, nos anos 80, no Partido Social Democrata inglês. Porém, seu impacto no desenho e implementação de políticas públicas tem sido

limitado e, nas últimas décadas, o liberalismo alternativo tem lutado para manter seu lugar nos ideais de centro-esquerda.

Ecos das ideias apresentadas aqui tem repercutido em propostas mais recentes feitas tanto pelo Partido Trabalhista como pelo partido Liberal Democrata na forma de um “imposto sobre mansões”⁶. O deputado trabalhista David Lammy propôs recentemente em seu livro *Out of the Ashes*, publicado em 2011, uma mudança de um sistema tributário focado na renda para um sistema focado na riqueza, e a adoção de modelos de partilha de poder e participação nos lucros em empresas. Pesquisadores do *think tank* de centro-esquerda IPPR [*Institute for Public Policy Research*] tem explorado mecanismos de partilha e participação de poder e lucro (Lawton e Lanning, 2013), enquanto Martin O’Neill tem argumentado que a ideia de “predistribuição” - recentemente encampada pelos trabalhistas ingleses (O’Neill, 2012), deveria ser desenvolvida nos termos de uma “democracia de cidadãos proprietários” à maneira de Meade.

Podemos constatar, além disso, a presença dessas ideias em movimentos sociais emergentes e em organizações “verdes”. A líder do Partido Verde da Inglaterra e do país de Gales, Amelia Womack (2014), argumentou que todos os trabalhadores e trabalhadoras deveriam ter o direito de converter suas empresas em cooperativas – proposta que hoje faz parte da política oficial do partido. O trabalho recente produzido pela *New Economics Foundation* a respeito de mecanismos para barrar o aumento da desigualdade econômica inclui propostas de propriedade partilhada entre trabalhadores e empregadores, propriedade comunitária, participação nos lucros e um imposto sobre o valor da terra na forma de uma “dotação cidadã” (Ellies Lawlor et alii, 2011). A tentativa de Guy Standing (2014) de conceber uma “Carta de Direitos dos Precarizados”⁷, na tentativa de responder às desigualdades de poder e insegurança

⁶ [Nota do tradutor]: *Mansion taxes* no original. O imposto sobre mansões é um projeto de lei, atualmente em discussão no parlamento inglês, que prevê tributação progressiva sobre residências com valor de mercado superior à 2 mil libras. O imposto financiaria o sistema público de saúde do Reino Unido.

⁷ [Nota do tradutor]: *Precariat Charter* no original. Isto é, uma carta de direitos para os trabalhadores afetados pela precarização do trabalho. O termo procura fazer uma associação entre a “precarização” do

material presentes atualmente no mercado de trabalho, conta com propostas de renda básica e, como sugerido também por Angela Cummie (2013), a criação de um Fundo Soberano que em suas linhas gerais se assemelha bastante ao Fundo Cidadão. Além disso, muitas dessas propostas encontram-se nas tentativas de explorar uma noção "republicana" de economia política (Seth-Smith, 2014) - tal como os trabalhos publicados no e-book *Democratic Wealth: Building a Citizen's Economy*⁸. Existe um terreno conceitual comum entre o liberalismo alternativo e a noção de "construção comunal da riqueza" atualmente em desenvolvimento, por vezes de modo bem concreto, pela organização norte-americana *Democracy Collaborative* ainda que, em seus trabalhos esta coloque uma ênfase maior na necessidade de enraizar o capital em lugares específicos do que aquela encontrada na tradição liberal alternativa (Alperovitz, 2013). Finalmente, o livreto organizado pelo Grupo de Trabalho de Economia do movimento *Occupy* da cidade de Londres, intitulado *The Little Book of Ideas*⁹, possui verbetes acerca da renda básica, da propriedade partilhada e do imposto sobre o valor da terra. Em especial, é possível afirmar que propostas de renda básica têm emergido como parte constitutiva das perspectivas políticas pós-*Occupy* influenciando o modo como esses grupos buscam novas formas de relações econômicas.

Em certos momentos do passado, o liberalismo alternativo foi uma tradição intelectual em grande parte confinada em uma elite tecnocrática que permaneceu a certa distância das demandas populares por justiça social. Contudo, no momento em que movimentos sociais tentam articular formas de saída do neoliberalismo, a tradição do liberalismo alternativo tem bastante a nos oferecer. Caso algumas dessas ideias sejam enraizadas nesses novos movimentos, talvez elas possam, enfim, encontrar a força política que elas careceram ao longo do século passado.

trabalho, a "proletarização" de setores sociais e o movimento cartista do século XIX. Cf. Guy Standing, *Precariat: The New Dangerous Class* (London, Bloomsbury Academic, 2011).

⁸ [Nota do tradutor]: Niki-Seth Smith & Stuart White (ed.), *Democratic Wealth: Building a Citizen's Economy* (Open Democracy, Creative Commons, 2014). O livro pode ser encontrado gratuitamente no endereço abaixo e todos os textos possuem licença de tipo Creative Commons:

<https://opendemocracy.net/ourkingdom/opendemocracy/democratic-wealth-free-e-book>

⁹ [Nota do tradutor]: Occupy London's Economics Working Group, *The Little Book of Ideas*, (London: Creative Commons, 2011). O "livro-panfleto" pode ser encontrado no site

http://issuu.com/occupylondon/docs/occupy_little_book_of_ideas/8?e=6250440/2660956

Agradeço a Martin O'Neill pelos comentários em uma versão anterior deste texto.

Referências bibliográficas

- Ackerman, Bruce e Anne Alstott. 1999.** *The Stakeholder Society*. New Heaven: Yale Press.
- Alperovitz, Gar. 2013.** "What then must we do? Straight Talk About the Next American Revolution: Democratizing Wealth and building a community-sustaining economy from the ground up". Chelsa: Chelsa Green Publishing.
- Ashdown, Paddy. 1989.** *Citizen's Britain: A Radical Agenda for the 1990s*. London: Fourth Estate.
- Cummine, Angela. 2013.** "Sovereign Wealth Funds: can they be community funds?", *OurKingdom* November.
- Holtham, Gerald. 2014.** "Payment for Goods: addressing the social democrat's dilemma", in: *Juncture* jul. Link: <http://www.ippr.org/juncture/payment-for-goods-addressing-the-social-democrats-dilemma>
- Lammy, David. 2011.** *Out of the Ashes: Britain after the Riots*. London: Guardian Books.
- Lawlor, Ellies et ali. 2011.** "Why the Riches are Getting Rich? The determinants of economic equality", *NEF Report*, October. Link: http://b3cdn.net/nefoundation/9f13eb419294bb7cfe_abm6bc76e.pdf
- Lawton, Kayte e Tess Lanning. 2013.** "Sharing Profits and Power: Harnessing Employee Engagement to Raise Company Performance", *IPPR Report* August.
- Liberal Party. 1962.** *Liberal Party Industrial Affairs*. London: Liberal Party.
- Meade, James. 1964.** *Efficiency, Equality and the Ownership of Property*. London: Allen and Unwin.
- Mill, John Stuart. 1970 [1848].** in Donald Winch, ed., *Principles of Political Economy*, Books IV and V. Harmondsworth: Penguin.
- Occupy London's Economics Working Group. 2011.** *The Little Book of Ideas*. London: Creative Commons. Link: http://issuu.com/occupylondon/docs/occupy_little_book_of_ideas/8?e=6250440/2660956
- O'Neill, Martin. 2012.** "Predistribution: an unsnappy name for an inspiring idea", *The Guardian*, September. Link: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/sep/12/ed-miliband-predistribution>
- Paine, Thomas. 1987 [1797].** "Agrarian Justice", in Michael Foot and Isaac Kramnick, eds., *The Thomas Paine Reader*. Harmondsworth: Penguin.
- Pearce, Nick e Martin O'Neill. 2014.** "Thomas Piketty on capital, labour, growth, and inequality", in: *Juncture*, May.

Razavi, Lauren. 2014. "A citizen's income of £71 a week per person would make Britain fairer", *NewStatesman*, 18 august.

Seth-Smith, Niki. 2014. "Could republican ideas provide the framework for a new economy?", *OurKingdom* July. Link: <https://www.opendemocracy.net/ourkingdom/niki-sethsmith/could-republican-ideas-provide-framework-for-new-economy>

Seth-Smith, Niki e Stuart White (ed.). 2014. "Democratic Wealth: Buinding a Citizen's Economy". *OpenDemocracy*. Link: <https://opendemocracy.net/ourkingdom/opendemocracy/democratic-wealth-free-e-book>

Standing, Guy. 2011. *Precariat: The New Dangerous Class*. London, Bloomsbury Academic.

Standing, Guy. 2014. "Denizens and Precariat", *OurKingdom* May.

White, Stuart. 2009. "Revolutionary Liberalism? The Philosophy and Politics of Ownership in the Post-War Liberal Party", in: *British Politics* 4 (2), pp. 164 – 187.

White, Stuart. 2014. "Alternative liberal solutions to economic inequality". *OpenDemocracy*. November, 5th.

Womack, Amelia. 2014. "Workers should have a right to co-operate", *OurKingdom* October. Link: <https://www.opendemocracy.net/ourkingdom/amelia-womack/workers-should-have-right-to-cooperate>